

Aos 11 anos, Funai ainda está presa a contradições

ELIANA LUCENA
da sucursal de Brasília

"A Funai está realizando um ajustamento progressivo de suas funções, para evitar que o índio desapareça, passando de um trabalho puramente assistencial para ensalar os primeiros passos desenvolvimentistas junto aos grupos mais aculturados, sem apagar-lhes a memória cultural." A afirmação foi feita pelo presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, a propósito dos 11 anos de existência do órgão, comemorados ontem.

"Nosso objetivo — friso — é evitar essa tragédia, antes que seja tarde, preservando os índios dos impactos irreversíveis e defendendo, acima de tudo, o direito de sobrevivência dos grupos e das culturas, mas sem marginalizá-los, sobretudo os que já convivem com a sociedade envolvente, das oportunidades antes desconhecidas e das quais, agora, muitos são senhores e as reclamam."

Para Ismarth, a Funai percorre atualmente o único caminho das opções impostas pelo progresso, embora aos onze anos de existência ele reconheça que a Funai "está ainda longe de sua maioridade".

"Ao avanço das frentes pioneiras, com a abertura de novas frentes econômicas — afirmou o general — impunha-se uma providência: Substituir o empírico pelo técnico, o sonho pela realidade, visando à preservação de grupos tribais ameaçados. Esta foi a idéia da criação de um órgão que englobasse o antigo serviço de proteção ao índio e demais entidades, unificando a política indigenista. O velho SPI, indispensável quando criado por Rondon, com o passar do tempo já



Arquivo

Entre preservar e integrar, poucas opções

não suportava o peso dos problemas que os anos multiplicaram. Por este motivo foi feita a opção por um trabalho voltado para salvar o índio do encontro inevitável de duas culturas."

FUNAI

Desde que foi criada, em 1967, a Funai percorre um caminho difícil, procurando um ponto de equilíbrio em meio a um quadro que, se de um lado agrega os partidários da rápida integração do índio na sociedade nacional, contando com adeptos especialmente nos setores desenvolvimentistas do governo, de outro reúne indigenistas, antropólogos e missionários que encaram com suspeitas qualquer ato do governo visando a acelerar a descaracterização das culturas tribais.

Especialmente a partir de 1970, a Funai passou a ser um alvo fácil de críticas, dos dois lados, quando intensificou o trabalho de integração de novas frentes econômicas. As estradas que cortaram a Amazônia não respeitaram, em seu traçado, parques e reservas indígenas. Índios, como os nhambikwaras, perderam suas terras e o próprio Parque Nacional do Xingu foi cortado em sua parte norte pela rodovia BR-080, apesar dos protestos dos irmãos Villas Boas e de toda a imprensa internacional. Outras áreas indígenas foram desrespeitadas, quer por estradas quer pelos grupos empresariais que, com incentivos do governo, se dirigiram para a Amazônia, estabelecendo-se em áreas indígenas, muitas vezes com a anuência do próprio órgão de proteção ao índio.

A "guerra" entre indigenistas e representantes das áreas técnicas do governo, especialmente do Ministério do Interior, apesar de altos e baixos, nunca deixou de existir, nos últimos anos. Ao mesmo tempo, no próprio meio indigenista, as divergências sempre existiram, envolvendo de forma especial missionários católicos e a Funai. Os missionários, especialmente aqueles que integram o Conselho Indigenista Missionário, criado em 1972, acham que a Funai, apesar das boas intenções anunciadas pelos seus dirigentes, está fazendo o jogo dos que defendem a rápida integração do índio na sociedade. Para tanto, ela estaria desenvolvendo os projetos econômicos nas áreas indígenas, acelerando o processo de assimilação dessas comunidades pela sociedade nacional.

Críticas mais sérias são feitas ainda contra o órgão por indigenistas, envolvendo o despreparo da maioria dos funcionários do órgão e mesmo a idoneidade de alguns deles, que estariam explorando, indevidamente, o patrimônio indígena.

Se durante a gestão do criticado general Bandeira de Mello, que esteve à frente da Funai durante o governo Médici, a questão básica em relação à atuação da Funai esteve ligada a sua cumplicidade com os empresários que ocuparam áreas indígenas e órgãos de governo que planejaram estradas nessas

prio governo, que teve de intervir em algumas áreas, como Rio das Cobras, no Paraná, e Nonoai, no Rio Grande do Sul, para que esta reação não tomasse maiores proporções.

No início da sua criação, a Funai enfrentava mais problemas com os índios ainda arredios ou recém-atraídos, que promoviam massacres, enquanto os índios mais integrados viviam aparentemente acomodados, embora suas terras estivessem sendo invadidas.

Este novo quadro, de crescente consciência dessas comunidades, que cada vez mais estão aprendendo os caminhos até os gabinetes de Brasília, aparece agora como um desafio para esta e outras administrações da Funai, deixando claro que o índio, de agora em diante, quer participar do seu próprio destino.

reservas, o atual presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, nos últimos cinco anos, teve de enfrentar o projeto de emancipação, sempre defendido pelo ministro do Interior, Rangel Reis.

Embora ele agora tenha sido arquivado, até segunda ordem, depois de uma pressão conjunta não só dos indigenistas mas dos próprios índios, o projeto de emancipação tem sido o ponto mais polêmico da política indigenista do governo Geisel.

Ao lado da emancipação persistiram os problemas de invasões de terras, embora o trabalho de sua demarcação tenha sido acelerado de dois anos para cá. Além disso, ao contrário do que ocorria anteriormente, a Funai também teve, nos últimos anos, que enfrentar a reação de índios já semi-integrados que decidiram lutar pela posse de suas terras. Isso ocorreu especialmente nos Estados do Sul do País, assustando o pró-